



UGT CONTESTA DECISÃO DO GOVERNO

Requisição Civil na TAP é prematura e abusiva

O Governo assumiu hoje, em Conselho de Ministros, a decisão de avançar com a requisição civil dos trabalhadores da TAP, face à greve que se encontra decretada para o final do ano.

Deve ser recordado que os tribunais há muito se pronunciaram sobre a figura da requisição civil, deixando claro que o Governo só pode lançar mão da mesma depois de instalada a greve, quando se conheça a verdadeira dimensão dos seus efeitos e desse conhecimento resulte a constatação que os serviços mínimos não estão a ser assegurados.

Num momento em que se encontra a correr no Conselho Económico e Social o normal processo para a definição de serviços mínimos, em que a greve está ainda longe de começar e em que os sindicatos sempre manifestaram a intenção de cumprir os serviços mínimos, esta decisão do Governo não pode deixar de ser considerada, no mínimo, prematura.

A UGT não pode assim deixar de contestar a decisão assumida, a qual considera mesmo abusiva, uma vez que tem apenas e só fundamentos políticos e que não deixa de constituir uma pressão ilegítima sobre os sindicatos que decretaram a greve e mesmo sobre os trabalhadores que a ela pretendam aderir.

A UGT deve assim manifestar a sua solidariedade para com todos os sindicatos que decretaram esta greve, não apenas por partilhar de muitas das preocupações que a originaram mas também face a esta decisão assumida pelo Governo e à ausência de um real diálogo com os sindicatos.

A UGT reitera aqui a sua posição de não concordância com uma privatização da TAP que não garanta o seu papel de companhia de bandeira, com um papel estratégico para o País e para as relações de Portugal com o exterior, nomeadamente com os países lusófonos e com todos aqueles onde residem os nossos emigrantes.

A UGT reafirma ainda que o caderno de encargos a apresentar aos interessados de aquisição da TAP inclua, de forma inequívoca, a garantia da salvaguarda dos direitos contratuais dos trabalhadores e do direito à negociação colectiva.

A UGT termina com um apelo. Um apelo a que o Governo retome o diálogo com os sindicatos da TAP, sob pena de se tornar o principal responsável pelos efeitos que esta greve terá sobre os portugueses e sobre Portugal.